

HS 873 J - TÓPICOS AVANÇADOS EM ITINERÁRIOS INTELECTUAIS E ETNOGRAFIA DO SABER I

Prof. Guilherme Ruben

Horário: terças feiras 14:00-18:00 hs

Etnografia do Capitalismo

“Um antropólogo pode estudar a cultura Navajo porque recebeu um financiamento da Fundação Ford, mas a cultura Navajo não tem como financiar um pesquisador nativo que deseje estudar a sub-cultura dos antropólogos da Universidade de Harvard. [...] Mas na falta de solução mais satisfatória, essa dificuldade poderia ser mitigada se o antropólogo dedicasse maior atenção a estudar sua própria cultura. De alguma maneira, ele estaria assim contribuindo para compensar a unilateralidade de sua maneira habitual de conceber o encontro entre as culturas, na qual só a indígena é objeto de investigação. Sabemos que não há grande novidade nisso, porque o foco ‘indigenista’ há muito deixou de ser exclusivo na antropologia. Mas não estou me referindo aqui à aplicação de técnicas antropológicas para o estudo de favelas, por exemplo, porque embora estas estejam inseridas num meio urbano, a relação entre essas comunidades ‘atrasadas’ e o investigador não seria muito diferente da que este mantém com uma cultura primitiva. Penso no exame das próprias instituições ‘civilizadas’, que agora seriam tratadas como se fossem as de uma sociedade indígena, com seus mitos, seus rituais, suas práticas econômicas e políticas, e seus sistemas de valores, muitos dos quais parecem pouco defensáveis à luz de princípios universais de justiça”.

(Rouanet, 1990:
144-145)¹

No âmbito da antropologia houve, até o fim da II Guerra Mundial, uma clara predominância de uma visão segundo a qual a disciplina deveria ser concebida como um olhar sistemático sobre o mundo então considerado exótico. Nos termos de Dumont², havia uma distinção entre o pólo moderno, no qual estaria situada a disciplina antropológica, e o pólo não-moderno, representado pelo objeto de estudo. Essa distinção entre o sujeito e o objeto do conhecimento revelava a crença em uma suposta diferença irreduzível entre as sociedades modernas, providas de uma racionalidade econômica, e as sociedades “primitivas”, marcadas por uma lógica cultural. Acreditava-se que a cultura ocidental, organizada a partir de uma instituição racional, o mercado, estaria numa situação privilegiada para observar as sociedades desprovidas desse mercado organizador da sociabilidade, isto é, as sociedades tradicionais, que viveriam no reinado da cultura, dos mitos e rituais. Essa distinção foi sendo “superada” lentamente e o trabalho de campo etnográfico foi extrapolado para os setores “marginais” das sociedades modernas, como os pobres urbanos e rurais, que, tal qual as sociedades “primitivas”, seriam desprovidos ou, em todo caso, menos marcados pela racionalidade econômica, dando origem ao que ficou conhecido como antropologia das sociedades complexas, termo discutível e que parece repor a oposição. A contrapartida dessa premissa era o pressuposto de que dimensões culturais e simbólicas estariam ausentes dos setores

¹ ROUANET, Sergio Paulo (1990). “Ética e antropologia”. In: *Estudos avançados*, 4(10). São Paulo, USP.

² DUMONT, Louis (1978). “La communauté anthropologique et l’idéologie”. In: *L’Homme*, 18(3-4). Paris.

modernos das sociedades ocidentais, tais como o mercado e as organizações empresariais. Acaso não se falou em cultura operária muito antes de se inventar a idéia de cultura empresarial?

Aparentemente, só recentemente a antropologia teria iniciado uma avaliação sobre essa oposição artificial operada pela disciplina. Em uma entrevista publicada no seu último livro, “A inconstância da alma selvagem”, o etnólogo Eduardo Viveiros de Castro apresenta algumas reflexões polêmicas em relação ao que denomina “a chamada ‘antropologia das sociedades complexas’”³. Do seu ponto de vista, boa parte das pesquisas em antropologia das sociedades complexas limitava-se a projetar para o contexto urbano os conceitos e o tipo de objeto característico da antropologia clássica. Ademais, ressalta ele, de uma clássica perspectiva estruturalista, “isso não foi muito longe, pois para fazer uma verdadeira projeção, teria que ser uma projeção no sentido geométrico da palavra: o que se deve projetar são as relações, não os termos”. Explicando com clareza o seu ponto de vista, Viveiros de Castro afirma que “uma verdadeira tradução da antropologia das sociedades de tradição não-ocidental para a antropologia das sociedades ocidentais deveria preservar certas relações funcionais internas, e não apenas, ou mesmo principalmente, certas continuidades temáticas e históricas”. Seguindo essa linha de raciocínio, ele aponta que apenas recentemente a antropologia descobriu toda uma nova área das sociedades complexas que, até então, estava restrita aos epistemólogos, aos sociólogos, aos cientistas políticos e aos historiadores das idéias, mas que deve ser objeto de uma reflexão antropológica. Nós antropólogos, afirma ele, “contetavamos-nos com o marginal, o não-oficial, o privado, o familiar, o doméstico, o alternativo”. Não foi por falta de advertência que os antropólogos limitaram a sua escolha, já que, ainda na década de 1960, Lévi-Strauss advertia que “enquanto as maneiras de ser e de agir de certos homens forem problema para outros homens, haverá lugar para uma reflexão sobre essas diferenças, que, de forma sempre renovada, continuará a ser o domínio da antropologia”⁴.

Mas voltemos ao raciocínio de nosso colega brasileiro. Se o entendemos bem, ele argumenta que para ir mais longe, a antropologia das sociedades complexas deveria promover um deslocamento dos objetos de estudo privilegiados. Um deslocamento que, aliás, parta da periferia, das margens da nossa sociedade, em direção ao centro. “O que estou dizendo”, ressalta o etnólogo, “é que uma antropologia urbana que ‘fizesse a mesma coisa’ que faz a etnologia indígena [...] estaria ou está estudando os laboratórios de física, as multinacionais do setor farmacêutico, as novas tecnologias reprodutivas, as grandes correntes de pensamento nas universidades, a produção do discurso jurídico, político, etc.” (Viveiros de Castro, 2002: 490).

Afirmo que *aparentemente só recentemente* a antropologia teria iniciado uma avaliação sobre essa oposição artificial operada pela disciplina, uma vez que o argumento desenvolvido por Viveiros de Castro remete a um programa de pesquisas que, com erros e acertos, estamos desenvolvendo a mais de uma década na Unicamp, estabelecendo diálogos críticos com a produção teórica construída em outros contextos nacionais. O propósito desse módulo é fazer uma breve apresentação de algumas questões do debate

³ VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (2002). “Entrevista”. In: *A inconstância da alma selvagem*. São Paulo, Cosac & Naify.

⁴ LÉVI-STRAUSS, Claude (1962). “A crise moderna da antropologia”. In: *Revista de Antropologia*, v. 10. São Paulo, FFLCH-USP.

em torno do que temos denominado de Antropologia do Capitalismo, isto é: uma tentativa de construir interpretações etnográficas das mudanças por que passa o capitalismo contemporâneo, do modelo de desenvolvimento econômico fordista à acumulação flexível, num contexto de transnacionalização das relações econômicas, sociais, culturais e políticas.

Bibliografia:

A bibliografia completa será distribuída no início das aulas. A seguir uma breve orientação bibliográfica.

HABERMAS, Jürgen (1989) *Identidades nacionais y postnacionales*. Madri, Tecnos.

RUBEN, Guilherme (1995). “Empresários e globalização: prolegômenos de uma metodologia antropológica de compreensão e ação”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 28, n.10.

Texto de apoio: Rabinow, Paul (199). *Antropologia da Razão*. Rio de Janeiro, Relumê Dumará.